



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS
ISCTE, 30 de janeiro de 2026

ECD/Concursos – o que se prevê

João Pereira

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Boa tarde a todas e a todos.

Camaradas,

A revisão da legislação que rege os concursos nacionais de docentes da forma como é, possivelmente, pretendida pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação não é um simples ajustamento técnico nem uma inevitabilidade administrativa. É uma opção política — e é uma opção profundamente errada.

O que está em causa é um ataque direto à escola pública, à profissão docente e a princípios fundamentais como a justiça, a transparência e a igualdade de oportunidades.

Neste momento, os professores ainda desconhecem as propostas concretas do MECI, que apenas serão conhecidas no próximo dia 4 de fevereiro. Contudo, os sinais são claros e as suas intenções evidentes. Como foi bem explicado pela camarada Marta Cruz, o Governo/MECI pretende introduzir o Referencial de Competências para a Administração Pública – ReCAP – no ECD através do Perfil do Docente. Esta inclusão pode servir de porta de entrada para algo tentado em outras ocasiões, mas que os professores têm evitado, a substituição dos Quadros de Pessoal por Mapas de Pessoal, com todas as suas implicações, e a possibilidade de se retroceder para uma seleção local e discricionária de docentes abrindo a possibilidade de recurso a não habilitados.

Sob o discurso da “simplificação” e da “eficiência”, o Governo pretende alterar profundamente a forma como se recrutam e colocam professores. Mas sejamos claros: o que está a ser preparado é a desregulação dos concursos, a desvalorização da graduação profissional e a abertura de caminho à arbitrariedade.

Ao subordinar os concursos a lógicas meramente administrativas, o MECI afasta-se de um modelo nacional, público e justo. O reforço de poderes discricionários de diretores; CCDRs; Autarquias ou outras entidades na escolha, seleção e recondução de professores não resolve nenhum problema; pelo contrário, cria novos problemas, compromete a

transparência, fragiliza a equidade e põe em causa a igualdade de oportunidades no acesso à profissão.

Nós sabemos, e a experiência demonstra, que sempre que se enfraquecem regras nacionais e critérios objetivos, quem perde são os professores e a escola pública. Todos nós nos lembramos do que foram as Bolsas de Contratação de Escola e afirmamos veemente – NÃO AS QUEREMOS OU ACEITAMOS DE VOLTA NEM QUEREMOS OUTROS MODELOS ASSENTES EM CUNHAS, TACHOS OU COMPADRIOS. A graduação profissional não é um detalhe burocrático: é o único critério que garante justiça, imparcialidade e respeito pelo percurso profissional de cada docente. Questioná-la ou secundarizá-la é abrir espaço a injustiças, favoritismos e discriminações.

Esta revisão não surge por acaso. Insere-se numa política continuada de precarização da profissão docente. Milhares de professores continuam anos a fio em contratos sucessivos, a responder a necessidades permanentes das escolas, sem estabilidade, sem previsibilidade e sem respeito pelos seus direitos. Em vez de resolver este problema estrutural, o Governo opta por aprofundá-lo.

E depois admiram-se da falta de professores. Admira-se quem quer. Quem afasta docentes da escola pública não são os professores, são as políticas que desvalorizam a carreira e perpetuam a precariedade.

Perante este cenário, a FENPROF é clara e coerente. Os concursos de professores têm de ser instrumentos de justiça e valorização profissional, nunca mecanismos de controlo administrativo ou de arbitrariedade. Por isso, reafirmamos as nossas reivindicações centrais.

Defendemos concursos nacionais, únicos e transparentes, que garantam igualdade de tratamento a todos os docentes. Exigimos que a graduação profissional se mantenha como o ÚNICO critério determinante de colocação, rejeitando qualquer tentativa de seleção subjetiva. Exigimos a vinculação imediata de todos os docentes que respondem a necessidades permanentes do sistema educativo. Basta de mecanismos excecionais que apenas servem para perpetuar a precariedade. Basta de contratos sucessivos para o mesmo posto de trabalho. Quem responde a necessidades permanentes tem de ter vínculo efetivo.

Defendemos o respeito integral pela carreira docente, porque sem carreira valorizada não há escola pública de qualidade. A estabilidade profissional não é um privilégio, é uma condição essencial para o bom funcionamento das escolas e para o sucesso educativo dos alunos.

O que está em causa não é apenas uma alteração superficial ao diploma dos concursos. Está em causa o futuro da profissão docente, a qualidade da escola pública e o direito dos alunos a terem professores estáveis, motivados e respeitados.

Por isso, não podemos aceitar esta revisão em silêncio. Não podemos aceitar retrocessos mascarados de modernização nem decisões desta gravidade sem verdadeira negociação com os representantes dos professores, A NOSSA FENPROF.

A história do movimento sindical docente mostra-nos que nada nos foi dado — tudo foi conquistado com luta. E é essa mesma determinação que hoje é necessária.

A FENPROF apela à mobilização de todos os professores, à participação ativa nas reuniões e nos plenários, nas ações de esclarecimento e nas formas de luta que venham a ser decididas coletivamente. Só com unidade, firmeza e ação coletiva conseguiremos travar este ataque e impor soluções justas. Foi o que fizemos em outras lutas e será o que vamos fazer agora.

Não aceitaremos arbitrariedade nos concursos.

Não aceitaremos precariedade como regra.

Não aceitaremos o desrespeito pela nossa profissão.

Lutamos por concursos justos, transparentes e nacionais.

Lutamos pela vinculação de quem trabalha.

Lutamos pela dignidade da profissão docente.

Lutamos pela escola pública.

A luta continua.

Viva a luta dos professores.

Viva a FENPROF!